



**4º Congresso Científico
Internacional da RedeCT**

**IV Congresso Científico Internacional da RedeCT-congresso.redect@gmail.com
07 a 10 de novembro de 2023 – UNAMA/PA e FAAC-UNESP / Bauru/SP
Universidade da Amazônia – UNAMA (Campus Alcindo Cacela/Belém – PA, Brasil)
GT 4 – Desenvolvimento territorial e inclusão produtiva**

Título: A Cura do Alimento Ancestral

**Reinaldo de Jesus Cunha¹
Sergio Ricardo de Lima ²
Luiz Henrique Chad Pellon³
Darci Nunes de Oliveira ⁴
Ana Beatriz Paz Araújo ⁵**

Resumo: O presente trabalho “A Cura e Alimento Ancestral” é o resultado de pesquisa etnográfica, militância, vivência, e interculturalidade (Mbyá) na Aldeia Mata Verde Bonita (Maricá/RJ). No presente expediente, pretendemos trazer um breve resumo da importância do plantio de alimentos saudáveis para o equilíbrio diário do bem viver guarani. E para fundamentar o presente artigo, utilizamos como fontes de pesquisa: documentação em vídeo, fotografias, depoimentos orais; material bibliográfico sobre políticas públicas de segurança alimentar; relatos da presença na ([Cerimônia do Nhemongaraí](#) 2022) onde ocorreu a inauguração da Casa de Reza (Opy); local onde celebra a cerimônia da plantação e colheita do Milho; batismo de crianças, adultos e o alimento ancestral. Análise dialógica à luz das demandas e soluções de políticas públicas reivindicadas junto ao CEDIND-RJ (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro); Demandas dialogadas e apresentadas na Cerimônia Nhemongaraí pela Comissão Guarani Yvyrupá; formas de resistência adotadas no processo de consolidação da presença indígena no território ainda não demarcado. Caminhada e protestos no canteiro de Obra Resort Maraey; devida a dificuldade de locomoção na reserva: área de proteção ambiental da Restinga de Maricá; onde se encontram sementes para o artesanato; apiários para colheita do mel; e remédios das plantas oriundas do território.

Palavras Chaves: Cura do Alimento Ancestral; Terra Sem Males; Etnodesenvolvimento; Interculturalidade.

¹ Mestrando em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional – reinaldopotiguara@gmail.com

² Mestrando Programa de pós-graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Florestas, da Universidade Federal Rural do RJ (PPGPDS/IF/UFRRJ) – sergioricardocampanha@gmail.com

³ Doutor em Ciências. Professor Associado do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública/UNIRIO- luiz.pellon@unirio.br

⁴— Programa de Formação para educação Escolar Guarani KAA –MBO ‘T - História Guarani – Magistério Nível Médio.

⁵ -Enfermagem, FAETC – Secretaria de Estado e Educação do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: biapazaraujo72@gmail.com

Dedicamos este trabalho (in memoriam)

Pedro Oliveira - Personalidade de muito respeito e Liderança incontestada, fundador da Aldeia Mata Verde Bonita; Que segundo suas palavras a respeito da autonomia e segurança alimentar, nas palavras de Darcy Tupã, salientou: "Quero que vocês plantem frutas, legumes, ervas medicinais, para que em momentos de crise, possamos ter autossuficiência alimentar para todos da aldeia".

Miguel Karai Benite (121) que no lançamento de Consulta Prévia: Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirin – Guarani Mbay, resumiu tudo a respeito de Juruá: "O povo guarani respeita Juruá, mas o mesmo não ocorre com os Guaranis, porque Juruá não respeita nada".

Domingos Venite (68) Cacique da Aldeia Sapukai Município de Angra dos Reis, que na reunião realizada na Aldeia Araponga, reunião do CEDID, (31/05/19, tecendo comentários a respeito da sua participação comunitária relatou: "Quero me desculpar por não estar tão ativo em participação, pois o trabalho vem me consumido, mas agora quero estar mais com vocês. Antigamente agente andava pela mata para chegar a um destino; acendia uma fogueira, pois não tinha cerca. Hoje se a gente andar por ai podemos nos deparar com o Juruá e gerar um problema, pois, está tudo cercado. Mas ainda assim, apesar das diferenças políticas e culturais. Tem brancos que ainda se preocupa com os guaranis. Cada povo indígena tem seu modo de ser, mas o pai é um só Nhanderú".

Pensamento

A Cura e Alimento Ancestral

"Toda planta cura. Mas nem sempre a planta que achamos que tem propriedade de cura para nossas enfermidades é a que precisamos. Mas o pajé sabe aquela que tem a cura para a pessoa que precisa. Pois, Nhanderu conta no ouvido dele, e ele diz para a pessoa a planta que precisa para sua cura".

Pajé/Cacique Demércio Martines Bandeira (Aldeia Guarani-Nhandeva/RJ).

Título: A Cura e Alimento Ancestral

Introdução: O presente trabalho "A Cura e Alimento Ancestral" foi inicialmente intitulado de "[Tekoa Ka' Aguy Ovy Porã](#): e depois, [Território, Espiritualidade e Segurança Alimentar Entre os Gurani Mbia do Município de Maricá](#)", (ENAPEGS, 2023). Em versão dialogada: o presente artigo busca abranger a temática da Antropologia dos Alimentos; a partir do entendimento que as pessoas plantam e comem todo os dias os alimentos... e esse alimento não pode servir apenas para alimento do corpo... mas também para o oculto... o invisível para o equilíbrio diário. Nesta perspectiva visa também narrar,

em síntese: uma gama de aprendizados decoloniais oriundos deste rico convívio intercultural junto às oito (8) aldeias indígenas do Estado do Rio de Janeiro das etnias Guarani Mbyá e Nhandeva e Pataxó situadas em Angra dos Reis, Paraty e em Maricá. Na primeira parte deste trabalho fazemos breve resumo das discussões levantadas no encontro da Comissão Guarani Yvyrupá (02 a 04/08/2022) e na reinauguração da “Opy” (Casa de Reza) onde ocorreu o tradicional [ritual Nhemongaraí](#) (Avxi’i) no qual celebra-se o milho sagrado, considerado o “alimento ancestral” dos povos Guaranis, e o batismo das crianças que nasceram naquele período. O texto anterior também descreve os Diálogos Ancestrais de representantes das etnias [Puri, Guarani e Potiguara](#), no qual ocorre uma partilha de ideias, um pouco da ancestralidade e cultura destes povos; seu saber cosmológico. Durante a cerimônia à noite para a qual fomos convidados a participar na reinauguração da nova “Opy” (Casa de Reza), estavam presentes famílias guaranis de várias aldeias e algumas autoridades convidadas. Na abertura, a liderança Amarildo com o seu (Mbaraka) com violão com afinação guarani cinco cordas, nos prestigiou com cânticos indígenas em parceria com Coral guarani. Depois na (OPY) casa de reza: iniciou-se o ritual com o Petyngua, cachimbo sagrado que traz a conexão para as falas sagradas, que é utilizado tanto nas cerimônias ritualísticas, como também no processo de cura das enfermidades das pessoas. Aberta a Conferência Yvyrupa na parte da Tarde, às 16 do dia 02/22: à Cacique Jurema Nunes, deu início a cerimonia para a sua (Ayvu ete), fala verdadeira, que vem do nhe’e. Jurema resumiu a resistência dos guaranis em permanecer em Mata Verde Bonita, lugar que é sagrado para seu povo. Em manifesto, disse que para a comunidade: “A Titulação da Terra Definitiva” junto ao poder público para Aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã é a prioridade e o desejo de todos”. Fez breve retrospecto da saída da comunidade de Camboinhas (Niterói) e sobre o manifesto assinado por todos da aldeia encaminhado às autoridades no qual reafirmam o desejo de permanecerem neste território em Maricá. Para o povo guarani Mbyá, a “Opy”, Casa de Reza, é onde são realizados os festejos, a cura dos males com recebimento do alimento espiritual. Através de cânticos, rezas e a fumaça do cachimbo sagrado. A Pajé recebe as mensagens de cura para os integrantes da aldeia, através do sopro divino de Nhaderu Eté. Segundo Brighenti: “Os elementos indispensáveis ao Tekoa são uma região de mata preservada (necessária à caça, coleta e perambulação), uma área cultivável para as plantações; e, por fim, o espaço social da aldeia, onde ficam as casas de moradia e de reza (opy)”. Daí a busca constante pela Terra Sem Males, onde possam criar seus filhos com comida em abundância, por isso migram constantemente para outro lugar, e depois retornando ao local de Origem.” Para ³Hélène Clastres: “[A Terra Sem Mal](#), é antes de tudo um lugar de abundância, pois: o milho cresce sozinho e as flechas vão também sozinhas à caça. Uma Terra livre, sem proscricões. É a contra-ordem, a plenitude da liberdade. O trabalho e as leis são, portanto, o Mal criado pela sociedade”. Já na Cerimônia do Nhemongaraí, todos membros da comunidade, suas famílias, participam da cerimônia na opy’i para escutar ayvu porã dos xamoi kuery e xaryi kuery. E na Opy que acontecem os rituais. À noite todos entram na Casa de Reza para dançar, cantar e rezar, utilizando o petyngua. Descrevendo a simbologia da transcendência em conexão com Neanderu Ete. ⁴Darci da Silva - [Karaí Nhe'ery](#), assim corporifica:

³ Helena Clastres; Tradução Renato Editora Brasiliense 1978 - http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aclastres-1978-terra/Clastres_1978_TerraSemMal.pdf

⁴ Darci da Silva - Karaí Nhe'er - **NHEMONGARAI: RITUAIS DE BATISMO MBYA GUARANI**; Florianópolis 2020.

⁵ Comissão pró-índio de São Paulo; Guarani Mbya e Tupi
[AS TROCAS E FLUXOS POPULACIONAIS: O MOVIMENTO GUARANI](#)

[...] “É através do petyngua que o xamoi busca a conexão com Nhanderu para obter ayvu porã e também para abençoar todas as pessoas que estão no ritual. É com o petyngua que se fazem os agradecimentos do dia a dia e também para que seja abençoado o Nhemongarai, agradecendo todos os espíritos das crianças e dos adultos, que fortalecem o xamoi. A fumaça do cachimbo leva o pensamento das pessoas para yva. Quando se fuma o cachimbo tem que ter xerovia no que se deseja. Precisa enviar a fumaça do cachimbo para o céu e Nhanderu, através disso, terá acesso ao pensamento e assim se alcança a realização desses desejos. É através do petyngua que se busca o conhecimento sobre a cosmologia mbya. Dessa forma que rituais são praticados nas aldeias. Esses rituais e toda a cultura guarani estão ligados a nhande reko que nós guarani vivemos na tekoa. Todos esses conhecimentos nós adquirimos com xamoi kuery e com xaryi kuery, através dos ensinamentos na opy’i. Para agradecer a nhanderu, os sábios podem utilizar a palavra aguyjevete dentro da opy’i. Eu não posso falar aguyjevete fora da opy’i. Pode falar aguyjevete para os xamoi kuery e xaryi kuery e quando você busca algum conhecimento dentro da opy’i. Você pede a Nhanderu o fortalecimento da vida, a proteção à nossa família e então agradece com aguyjevete. A palavra que mais utilizamos é ha’evete, que significa obrigado. Se usa quando você agradece a um amigo pela bondade. Não se pode dizer ha’evete para Nhanderu, tem que dizer aguyjevete.” (Silva, Darci, pag. 16 e 17).

No presente artigo de autoria coletiva: pretendemos descrever e analisar à luz do alimento ancestral. Falar da importância do plantio de alimentos saudáveis para o equilíbrio diário do bem viver guarani e dos desafios (ou obstáculos) enfrentados na atualidade do município de Maricá onde estão situadas as aldeias Guarani Tekoá Ka’ Aguy Porã (Mata Verde Bonita) e Tekoa Ara Hovy (Céu Azul). Da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos povos indígenas, configurando um quadro de violações de direitos humanos e sequer o “Direito de plantar”.

Busca-se aqui também propor conceitos, estratégias e diretrizes que possam contribuir para o que denominamos em outros trabalhos uma ‘necessária transição econômica sustentável e inclusiva na escala do município de Maricá e para fomentar o Desenvolvimento Regional (do Leste metropolitano) como alternativas à atual **petróleo-dependência** cujo limite temporal da acumulação de capitais que caracterizam o atual ciclo de *bonança* bilionária produzido pela partilha dos recursos dos royalties gerados pela produtividade dos campos petrolíferos, tende a se esgotar nas próximas décadas.

Nota-se, desde já, o cotidiano do município e na escala regional um conjunto de desafios e questões-problemas contemporâneas que projetam a necessidade de respostas e soluções integradas no campo das políticas públicas, tais como o crescente déficit habitacional (encarecimento do preço dos aluguéis, ocupações irregulares de áreas de valor ambiental, pressão da especulação imobiliária sobre os territórios ocupados historicamente pelas comunidades tradicionais), assim como os riscos sanitários e prejuízos econômicos provocados pela poluição do belo sistema lagunar por esgotos não tratados, que resultam do recente aumento da densidade populacional e o avanço da urbanização sem dispor de prévio planejamento urbano-territorial integrado na perspectiva do reconhecimento do Direito à Cidade para todos.

Considerações Iniciais

I. Sobre a presença dos Povos Indígenas no Estado do Rio de Janeiro na atualidade.

Em relação à ocupação do espaço geográfico e a sua relação com [a Natureza, os povos Guarani Mbyá](#) estão presentes em várias aldeias na região oriental do Paraguai, no

nordeste da Argentina ([província de Misiones](#)) e no do Uruguai (nas proximidades de Montevideo). No Brasil, os guaranis encontram-se em aldeias situadas no interior e no litoral dos estados do sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul – e em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, sendo conhecidos como “povos da Mata Atlântica”. Com relação ao papel dos povos originários como um relevante fator de conservação ambiental dos territórios em que vivem, a coletânea [“Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil”](#) - Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças” (SBPC, 2021) aponta que:

“As Unidades de Conservação da Mata Atlântica apresentam valores de desmatamento superiores ao seu entorno a partir de 2003, o que pode ser uma consequência da consolidação da ocupação dos espaços privados no bioma e o consequente transbordamento (spillover) do desmatamento sobre as áreas públicas. **Apesar desse efeito, os TTOs ajudam a conservar o pouco que restou da Mata Atlântica.** É o caso do Vale do Ribeira, no sul do Estado de São Paulo, que concentra grande diversidade de TQs e TIs.”

Em artigo denominado “Efetividade dos territórios tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil” sobre o qual abordam o tema “populações tradicionais e “conservação ambiental”, os pesquisadores [Juan Doblas e Antônio Oviedo](#) estudaram as trajetórias de mudança de uso da terra entre 1985 e 2018 utilizaram a metodologia do MapBiomas, a partir de determinantes espaciais e temporais que afetam os biomas brasileiros. Ao analisar a situação dos territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. O Mesmo mencionam que os povos indígenas “têm sido historicamente ameaçados pelas mudanças no uso e cobertura da terra”. Os resultados mostram a efetividade das terras indígenas como unidades de conservação e territórios tradicionalmente ocupados em manter a cobertura vegetal nativa; “e reforçam seu papel como escudos do desmatamento e sugerindo a necessidade de políticas públicas para fortalecer a proteção desses territórios... bem como para a restauração ambiental das zonas de amortecimento.” Segundo a mesma fonte: A cobertura natural no interior dos territórios tradicionais: **“totaliza 1,62 Mkm², o que representa 29,1% do total de vegetação natural do Brasil. As terras indígenas são os territórios tradicionais que mais preservam a cobertura vegetal, ou seja, apenas 2% do território perdeu sua cobertura vegetal.”** Estes dados inéditos coletados de 1985 a 2020 e publicados em 2021 pela plataforma MapBiomas, é fruto de uma iniciativa multi-institucional da qual participam universidades, ONGs e empresas de tecnologia, e foram produzidos por meio de um projeto de monitoramento das transformações sofridas na cobertura e no uso da terra no Brasil visando promover a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais como forma de combate às mudanças climáticas. A metodologia adotada utiliza uma base de dados espaciais de uso da terra contendo dados, mapas e códigos, cujas informações são disponibilizadas de forma pública e gratuita no seu site ([mapbiomas.org](#)). A conclusão obtida é que “as terras indígenas são um importante fator de conservação ambiental em nosso país” e que as TIs prestam “valioso serviço” ao Brasil contra o desmatamento e as queimadas, enquanto são ameaçadas pelo agronegócio que avança devastando os biomas, entre outras fontes de degradação ambiental que afetam as florestas do país. Esta afirmativa técnica, contudo: reforça a ideia de que há a necessidade do reconhecimento pela sociedade e o poder

público sobre o papel (função social) dos povos indígenas como verdadeiros “guardiões das florestas.”

“As terras indígenas ocupam 13,9% do território brasileiro e contêm 109,7 milhões de hectares de vegetação nativa, o que correspondem a 19,5% da vegetação nativa no Brasil em 2020. **A perda de vegetação nativa no Brasil nos últimos 30 anos (1990-2020) foi de 69 milhões de hectares. Dentre as categorias fundiárias as TIs estão entre as áreas mais protegidas. Apenas 1,1 milhão de hectares desmatados recai sobre os territórios ocupados por povos tradicionais, o que equivale a 1,6% de toda a perda (desmate) de vegetação nativa nos últimos 30 anos. Ou seja: nos últimos 30 anos no Brasil as TI perderam apenas 1% de sua área de vegetação nativa, enquanto nas áreas privadas foi 20,6%.**” (Mapbiomas, 2021)

Apesar de séculos de apagamento e de extermínio (**Genocídio**) dos povos originários, que deve ser sempre associado ao brutal **Ecocídio** provocado pela destruição, eliminação, por meio da rapinagem do pau-brasil e outras árvores de valor comercial (“madeiras de lei”); e do desmatamento da exuberante floresta tropical Mata Atlântica. Este modelo predatório, poluente e socialmente injusto, resulta no que o movimento de Justiça Ambiental e o campo do Socioambientalismo e do Ecosocialismo classificam como Racismo Ambiental Estrutural, cujos ônus dos impactos, riscos ambientais e danos provocados por mega empreendimentos industriais e imobiliários invariavelmente recaem – em forma de contaminação ambiental, excesso de poluição industrial, entre outras formas – sobre as classes sociais mais pobres, os negros e comunidades tradicionais e as mulheres. No caso do território fluminense, constata-se que nele há uma comprovada histórica presença dos povos indígenas como descrito nos relatos de viagem feitos à época por colonizadores portugueses que aqui encontraram predominantemente os Tupinambás – pertencentes à família de língua tupi ou tupi-guarani –, espalhados em muitas aldeias cuja presença dos povos originários neste território existe há pelo menos 8 mil anos antes da chegada dos colonizadores europeus. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 havia um total de 15.894 pessoas autodeclaradas indígenas no estado do Rio de Janeiro, sendo que 750 estavam em Terras Indígenas e 15.144 nas cidades (contexto urbano) ou em um contexto rural, localizadas em 17 municípios. Ao analisar a evolução das pessoas autodeclararam indígenas no estado de Rio de Janeiro, pode-se observar através dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2012, que no Censo Demográfico do ano de 1991, existia 8.953 pessoas que se autodeclararam indígenas; já no Censo de 2000, esse número subiu para 35.934, (representando 0,2% da população do Estado), enquanto que no Censo do ano de 2010 esse quantitativo foi de 15.894 (representando 0,1% da população estadual e 1,9 % da população indígena do país). [O Censo 2023](#), mostrou aumento significativo relativo aos povos indígenas, ou seja: 90% das cidades declararam existir povos indígenas. E a população hoje são estimadas em [1,7 milhão](#) de pessoas espalhadas em 4832 cidades em todo o país. Levantamento realizado em novembro de 2021 pelo Conselho Estadual de Direitos Indígenas (CEDIND-RJ) a partir de informações fornecidas por lideranças das aldeias identificou 892 pessoas aldeadas e 244 famílias vivendo nos municípios de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, conforme apresentado na

Panorama da população nas Aldeias Indígenas no estado do Rio de Janeiro. Fonte: Dados consolidados pelo Indigenista Indigenista Toni Lotar (Fundação Darcy Ribeiro e

CEDIND-RJ). Preliminarmente, é importante destacar que das oito (8) comunidades indígenas existentes no Estado do Rio de Janeiro, apenas três (3) delas tem seus territórios demarcados, a saber:

Figura 1:

POPULAÇÃO DAS ALDEIAS INDÍGENAS DO RIO DE JANEIRO							Sugestão de rateio de alimentos doados pela CEASA por aldeia (%)
Em 03/11/2021							
NOME DA ALDEIA	MUNICÍPIO	ETNIA	FAMÍLIAS	INDÍGENAS	LIDERANÇAS	% população	
Aldeia Araponga	Paraty	Guarani Mbyá	10	35	Nino/Vilmar	3.72	5%
Aldeia Itaxim + Arandu Mirim	Paraty/Paratymirim/Mamanguá	Guarani Mbyá	49	180	Pedro/Adilson	19.11	20%
Aldeia Rio Pequeno	Paraty	Guarani Nhandeva	14	37	Neuza/João	3.93	5%
Aldeia Iriri	Paraty	Pataxó	14	60	Leonardo/Apohinã	6.37	6%
Aldeia Sapukai	Angra dos Reis/Bracuí	Guarani Mbyá	110	430	Aldo/Algemiro	45.65	40%
Aldeia Ara Hovy	Maricá/Itaipuaçu	Guarani Mbyá	8	28	Felix/Vanderlei	2.97	4%
Aldeia Mata Verde Bonita	Maricá/São José Imbassai	Guarani Mbyá	39	122	Jurema/Edilson	12.95	15%
Aldeia Vertical Aldeia Maracanã	Rio de Janeiro/Estácio	Multiétnica	20	50	Carlos Tukano	5.31	5%
Total Estado do Rio			264	942		100.00	100%
Subtotal município Paraty			87	312			
Subtotal município Angra			110	430			
Subtotal município Maricá			47	150			
Subtotal município do Rio			20	50			
Total Estado do Rio			264	942			

FONTE: Lideranças das aldeias, em 03.11.2021

TERRAS INDÍGENAS DEMARCADAS

- Terra Indígena Sapukai ((Terra Indígena Bracuí) – Angra dos Reis
- Terra Indígena Tekoa Guyra'i tapu / Aldeia Indígena Karai-Oca (Terra Indígena Araponga) – Paraty
- Aldeia Indígena Itaxi (Terra Indígena de Parati-Mirim) – Paraty

TERRAS INDÍGENAS EM PROCESSO DE LUTA PELA DEMARCAÇÃO

- Aldeia Indígena Arandu-Mirim (Aldeamento em fase de identificação – Saco do Mamanguá, na Baía da Ilha Grande) da etnia Guarani Mbyá – Paraty
- Aldeia Jahape (Aldeia Indígena Rio Pequeno – Aldeamento em fase de identificação) da etnia Guarani Nhandeva – Paraty
- Aldeia Iriri Kãñã Pataxi Üi Tanara - Pataxó Hã-hã-hãe (etnia Pataxó) – Paraty
- Aldeia Mata Verde Bonita (Tekoa Kaaguy Porã), etnia Guarani Mbyá – localizada dentro dos limites da APA Estadual da Restinga de Maricá
- Aldeia Céu Azul (Tekoa Ara Hovy) – Morada das Águias (Itaipuaçu) da etnia Guarani Mbyá.

Aldeia Céu Azul (Tekoa Ara hovy) - Deslocamentos Negociado Prefeitura Maricá

A comunidade da **Céu Azul** encontra-se em processo de transferência para a Fazenda Pública Joaquín Piñero, no bairro do Espreado em Maricá, administrada pela Prefeitura Municipal de Maricá. Em relação à necessidade urgente de demarcação das terras indígenas de Maricá, constata-se que há mais de uma década estas comunidades vivenciam uma condição de **“povos sem-terra”**, já que ainda hoje, está em curso uma verdadeira diáspora em busca da “Terra sem Males” no qual destaca-se uma intensa luta de resistência pela demarcação do território que já ecoa nos palácios de Brasília, por meio

da presença de lideranças locais no Supremo Tribunal Federal (STF) e na sede do recém criado Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da FUNAI, entre outras instâncias governamentais. A luta pelo reconhecimento dos territórios indígenas vem de longa data e tem se acirrado nas últimas décadas, na escala nacional, principalmente através do avanço do agronegócio, garimpo madeiras sobre as TIs. Já nos centros urbanos, como na região Sudeste, os conflitos fundiários ou territoriais têm sido impulsionados pela expansão da especulação imobiliária que vem, gradualmente, eliminando, destruindo, desmatando as áreas remanescentes da Mata Atlântica, resultando por vezes em ameaças e mortes de lideranças locais como ocorreu ([e ainda vem ocorrendo](#)) na Aldeia Guarani Nhandeva de Rio Pequeno (Paraty). A invasão do [cemitério indígena](#) na Aldeia Mata Verde pelo resort espanhol IDB Brasil (2022) e a instalação de canteiro de obras, durante o 1º semestre deste ano (2023), ameaçavam provocar uma enorme [destruição ambiental](#) por meio do uso de grandes máquinas (tratores, retroescavadeiras, operários com motosserras) que chegaram a iniciar obras de terraplanagem, provocando desmatamento de trechos da restinga e o aterramento da rica fauna e flora encontrada na APA Maricá. Após [protestos dos indígenas](#) contra a construção do Resort Maraey, dentro do [canteiro de Obras do IDB Brasil](#), pedindo a sua paralisação imediata. Poucos dias depois em [liminar Inédita](#) do Ministro Ermam Benjamin. O STJ embarcou a obra e anulou as licenças ambiental e urbanística. Mesmo antes do embargo... os indígenas de Mata Verde Bonita, estavam impedidos de adentrar o território do canteiro de obra, local onde fica o apiário, bem como ter acesso as ervas medicinais e sementes que são utilizadas na produção do artesanato, fonte de renda das famílias Guarani. Quanto à presença dos indígenas da Aldeia Mata Verde Bonita em Maricá, as lideranças relatam que o núcleo familiar predominante migrou originalmente da Aldeia Itaxi-mirim (Paraty) inicialmente para uma área na Praia de Camboinhas, em Niterói, onde ocorreram atos racistas como ameaças e incêndios criminosos nas ocas que colocaram em risco a vida de idosos, mulheres e crianças. A partir da visibilidade provocada por estas ameaças à comunidade indígena, deu-se o convite do então prefeito de Maricá, Whashington Siqueira “Quaquá”, atual deputado federal (PT/RJ), para o seu reassentamento numa terra situada no bairro de José do Imbassaí. No entanto, apesar das muitas promessas não cumpridas, por parte dos governantes locais, de assentamento definitivo desta comunidade no município, ainda paira a ameaça de remoção forçada/despejo caso seja construído o mega empreendimento imobiliário (resort) cuja população residente é estimada em cerca de 35 a 40 mil pessoas que, se acordo com o projeto, ocupariam a área da restinga. Por sua vez, o processo de resistência no enfrentamento à ameaça de desapropriação (despejo forçado) pelo IDB Brasil da centenária Comunidade Pesqueira de Zacarias que ocupa e faz a conservação ambiental deste ambiente e da lagoa há pelo menos 3 séculos, tem contado com o apoio e solidariedade de ecologistas, pesquisadores e de algumas autoridades públicas (Ministério Público, Defensoria Pública), cuja trajetória e vivência nesta região é retratada na obra “Gente das Areias: História, Meio Ambiente E Sociedade No Litoral Brasileiro. Maricá, RJ, 1975 a 1995” de autoria do doutor do Departamento de Antropologia da UFF (GAPICHF-UFF) e Coordenador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ), pelo professor Marco Antônio da Silva Mello; "trata do meio ambiente, da história e dos pescadores de Maricá, município no litoral do Estado

do Rio de Janeiro, de 1975 - quando houve mortandade de peixes particularmente grave pela sua magnitude e consequências - a 1995. A pesquisa sobre a pesca lacustre local gravitou ao redor de um drama social, cujo epicentro era o que os habitantes do povoado de Zacarias chamavam "a luta do tostão contra o milhão". O resultado final tornou-se um clássico moderno da antropologia brasileira, agora reeditado (revisto e aumentado) e novamente ao alcance dos pesquisadores e de todos que se interessam pelos processos sociais em que a preservação da cultura e da economia das comunidades se defronta com interesses do chamado progresso e da especulação imobiliária. A "história ecológica" do sistema lacustre da costa marítima, que estabelece os parâmetros da crise ambiental que afetou Maricá, é analisada em "A longa agonia". O capítulo seguinte, "Natureza e sociedade", situa o problema da região dentro das políticas de saneamento e de preservação ambiental do Brasil". Ocorre que até hoje a população local da Mata Verde Bonita, na prática, vivencia um preocupante quadro de insegurança devido ao temor coletivo em relação à indefinição, por mais de uma década, quanto à sua permanência ou não nas terras (território) que ocupam: há diversos relatos feitos em reuniões do CEDIND-RJ ([a partir de 2018](#)), por profissionais que atuam na Saúde Indígena vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e mais recentemente (2023) para o Comboio da Defensoria Pública Estadual (DPE-RJ) e em outros espaços públicos; no qual a comunidade relata estar ocorrendo um adoecimento de adultos e crianças, devido a problemas os mais variados, que tem provocado a saúde mental que até dos adultos. Nas sábias palavras do Cacique Agostinho da Silva, da Aldeia [Guarani Mbyá Araponga](#) (Paraty), de 104 anos: ***“A questão da saúde passa pelo território; sem ele não se tem saúde, não se tem vida”***. Nota-se também, que a maioria dos povos indígenas fluminenses ainda vivenciam um quadro de insegurança jurídica quanto à legitimação pelo poder público da posse e permanência nos territórios que ocupam. No caso da Costa Verde, apenas 3 das 5 aldeias daquela região já tiveram seus processos de demarcação das terras concluídos (Sapukai de Angra dos Reis; Araponga e Itaxi-mirim de Paraty). Já a demarcação das TIs ainda não é uma realidade em 3 aldeias paratiense: Rio Pequeno (da etnia Guarani Nhandeva), Arandu Mirim (Guarani Mbyá) e a Aldeia Iriiri (etnia Pataxó). Em Maricá, as aldeias Mata Verde Bonita e Céu Azul (Itaipuaçu) até hoje não tiveram suas terras demarcadas. Segundo a Pajé Lídia Nunes: “A Tekoa Ka’Aguy Hovy Porã, é a nova “Terra Sem Males”: “Aqui temos o bem viver, podemos criar os netos, plantar, colher e semear a vida”. Segundo estudos antropológicos de [Pablo Antunha Barbosa e Tônico Benites, 2009](#), a respeito de Mata Verde Bonita:

“É Aldeia da Bela Floresta Verde” devido ao mato existente no “Morro do Mololó” e de que todos gostaram muito. Segundo Lídia, as coisas vão ficar muito melhor agora, pois, todos poderão ter sua casa e sua roça. Dizem que ao caminhar pela área, mesmo se ainda não conheceram tudo, encontraram muitos remédios, plantas, frutas e que seguramente encontrarão mais coisas. Comentaram também que o lugar é bom porque tem muitas árvores e porque avistaram os rastros de alguns bichos. Sobre a mata existente no Morro do Mololó, dizem que só vão “usar mesmo para material. Não falta lenha no local. Tem muita lenha e não precisará cortar árvores.”

Em relação à eventuais controvérsias sobre a permanência dos povos indígenas no território Mata Verde Bonita: Em carta pública, assinada pelos membros da Terra Indígena Tekoa Ka’aguy Hovy Porã, datada de 24 de maio de 2022; a comunidade de "permanecer nas terras ocupadas atuais":

Maricá - RJ, 24 de maio de 2022. Tekoa Ka'aguy Hovy Porã (Aldeia Mata Verde Bonita) Eu Jurema, Cacique da Aldeia Mata Verde Bonita, vem por meio deste ofício, comunicar a decisão da comunidade com relação à saída das terras atuais para uma nova área. Levando em consideração a decisão dos moradores que aqui residem atualmente, a comunidade decidiu por não trocar de área, portanto, permanecer nas terras ocupadas atuais. Alguns fatores importantes influenciaram na decisão de cada e, levando em consideração tudo, como, o tamanho da área, terra boa para plantio, a escola, a nossa casa de reza, a oca de artesanato, as moradias que todos tem e os que não tem, está em processo final, decidiram por ficar no local. E o mais importante que foi levado mais em conta na hora da decisão é por que temos o nosso cemitério, que além de ser muito sagrado, sair das terras atuais seria remover nossos entes queridos do seu descanso e reviver toda a dor novamente. Então, com base em tudo dito acima, nesse ofício vai a assinatura de todos que aqui residem, conformando a não troca da área, ficaremos aqui onde já passamos nove anos de nossas vidas, onde já tivemos perdas e também nascimentos.” A escolha deste local como local de moradia hoje, segundo a Cacique Jurema, tem consenso de todo grupo Mbyá, conforme abaixo assinado entregue as autoridades: “Então com base em tudo que dissemos nesses dez anos, de nossas vidas, onde tivemos perdas e nascimentos, permanecemos aqui”.

Segundo Darcy Tupã, [Mata Verde Bonita é Território Guarani](#): “Estamos tratando de Cemitério indígena cuja a presença guarani consta a mais de três mil anos. E que o convite para permanência ali foi feito pelo ex-prefeito de Maricá, Whashington Quaqué, e que a ex-Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Zeidan, inclusive solicitou estudos à FUNAI, para a materialização da implantação da Aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã, local atual. “Passados mais dez anos no local, entre idas e vindas com a administração municipal”, disse Darcy: “a comunidade vive numa grande insegurança quanto à sua permanência ou não na terra que ocupa para criar seus filhos e netos. Há mais de 10 anos, estamos reivindicando a Titularidade definitiva. Mas falta o Documento comprobatório e definitivo da Titularidade da Terra.” Durante o encontro da Comissão Guarani Yvyrupá (CGY), em 2022, a comuna guarani Mbyá apontou como prioridade em Conferência: A Titulação da Terra onde encontrasse Aldeia Mata Verde Bonita”, assim como diversas outras propostas, como: Regularidade do fornecimento de Água, pois a água recebida em carro pipa, é pouca para todas as famílias; Construção de Escola descente e Contratação de professores para o ensino guarani e português; Saneamento básico na aldeia, pois o que existe são fossas sépticas; Mudanças para os plantios de sementes de frutas; Criação de um tanques para criação de peixes; Reflorestamento; Contratação de Médicos e Enfermeiros para o posto de Saúde Comunitário; Segurança ao Entorno da Aldeia; Proteção da APA, Restinga de Maricá; Mudança da Aldeia Céu Azul, para fazenda pública com infraestrutura adequada; Ecoturismo em visitas guiadas para venda do artesanato; Coleta de plantas medicinais da APA, para preservação e utilidade; Cogestão de vendas futuras da produção local de alimentos, com apoio do poder público; Judicialização de Demandas da Comunidade junto ao poder judiciário; Área de lazer para as atividades esportivas; Parceria público privada para melhorias viárias do local. Segundo Darcy Tupã, “as coisas melhoraram muito nesses dez anos, mas ainda falta muita coisa.” Em particular disse Tupã: “Gostaria de cumprir o desejo de meu pai, que ao sair ao encontro de Nhanderu, pediu para que plantássemos bananeiras e outras frutas para a autossuficiência da aldeia em momentos de crise”, e sublinhou: “Esse é o meu sonho.”, completou. “Os guaranis sabem que viver na terra é um [desafio diário](#), pois, doenças, mortes, violências e destruição, é uma constante. Daí a importância de estar com o coração aberto a Nhanderu Etê; Ouvir os Xeromõy, os mais velhos, pois deles herdamos a educação que é passado de pai pra filho, neto, bisneto, tataraneto, em cadeia para as novas e futuras gerações”. “Muita coisa mudou para a nossa comunidade” diz Darcy,

“pois hoje é possível contar com a ajuda da prefeitura de Maricá, para a escola e creche da aldeia; na capina do mato; do saneamento básico que estão construindo pela Companhia de Saneamento (Sanemar) com a doação de caixas de água potável para o abastecimento com água potável das quarenta casas, creche e escola da aldeia.” A cada conquista, a comunidade comemora e renova suas esperanças na luta: como resultado de uma luta antiga, em dezembro de 2022, a prefeitura começou a instalar biodigestores para coleta de esgotos na comunidade para substituir as fossas sépticas com sumidouro. A comunidade tem o fornecimento periódico de água potável por meio de caminhão pipa para o atendimento de 180 indígenas residentes, apesar do volume disponibilizado ser insuficiente em relação à demanda cotidiana da comunidade. “Estamos muito felizes porque precisamos muito desses serviços; hoje é um pouco diferente quando chegamos aqui”, diz Darcy Tupã: “Pois no início não se podia fazer nada por estarmos aqui sem a legalização. Agora que completamos dez anos, aos poucos nossas necessidades estão sendo atendidas.” Outra questão central, diz Miguel Veramirim: “É poder empregar indígenas da comunidade para trabalhar em parceria com a prefeitura de Maricá no posto de saúde e a escola da comunidade”. Com relação ao Bolsa Família: nem todos recebem, diz Iracema que trabalha no posto de saúde da comunidade. Mas alguns que recebem tem uma ajuda importante para a manutenção da família, que contam também com a ajuda de 300 reais da Mumbuca”. Além disso diz Darcy: “Estou indo a Brasília representar os caciques do Rio, como representante da comissão Yvyrupa; a nossa pauta com os Ministros do Supremo Tribunal Federal e com o Ministério dos Povos Indígenas, são os 13 territórios indígenas que aguardam apenas a assinatura presidencial, são elas:

[...] “TI Aldeia Velha, pertencente ao povo Pataxó, em Porto Seguro, Bahia; TI Kariri-Xocó, do povo Kariri Xocó, no município de São Brás, Alagoas; TI Potiguara de Monte, do povo Potiguara, em Marcação, na Paraíba; TI Xukuru-Kariri, do povo homônimo, no município de Palmeiras dos Índios, Alagoas; TI de Tremembé da Barra do Mundaú, do povo Tremembé, em Itapipoca, no Ceará; TI Morro dos Cavalos, do povo guarani, em Palhoça, em Santa Catarina; TI Rio dos Índios, do povo Kaingang, em Vicente Dutra, no Rio Grande do Sul; TI Toldo Imbu, povo Kaingang, no município de Abelardo Luz, em Santa Catarina; TI de Cacique Fontoura, Karajá, município de Luciara, em São Félix do Araguaia, no Mato Grosso; TI Arara do Rio Amônia, do povo Arara, do município de Marechal Thaumaturgo, no Acre; TI Rio Gregório, da etnia Katukina, em Tarauacá, no Acre; TI Uneiuxi, do povo Nadahup, em Santa Isabel do Rio Negro, no Amazonas; TI Acapuri de Cima, do povo Kokama, no município de Fonte Boa, no Amazonas”.

Outra articulação diz respeito ao [Marco Temporal](#) que está em análise pelos ministros do STF. Segundo Darcy Tupã: “Aqui no Rio de Janeiro, nós temos aldeias Guarani, Purí e Pataxó, que lutam pela demarcação. Em Rio Pequeno, Paraty, as lideranças estão sendo perseguidas pela prefeitura e empresários (especuladores imobiliários) que são contra a delimitação da aldeia que já foi feita. As lideranças aguardam o desfecho do processo que está no STF.” Em relação ao retrocesso representado pelo [Marco Temporal](#) que encontra-se em debate no Congresso Nacional e no Poder Judiciário (STF) e tornou-se uma pauta prioritária do movimento indígena brasileiro:

[...] “O Marco Temporal é uma tese jurídica que busca estabelecer uma data a partir de quando um território pode ser considerado uma Terra Indígena – 5 de outubro de 1988, dia da promulgação da Constituição Federal. Diversos juristas, lideranças e ativistas consideram essa ideia inconstitucional. Primeiro, porque a Carta Magna de 1988, em seu artigo 231, fala nos “direitos originários” dos povos indígenas; ou seja, seus direitos são anteriores à própria formação do Brasil e não tem data para começar a valer ou expirar”.

II. Os desafios presentes na busca de uma transição econômica sustentável e inclusiva no município de Maricá.

O contexto histórico a ser analisado, busca considerar que o bioma Mata Atlântica foi o primeiro ecossistema a ser devastado no país e que teve sua origem na rapinagem do Pau Brasil e de outras madeiras de lei e minérios durante o período da Colonização europeia. Este modelo de colonialismo etnoterritorial perdurou nos ciclos econômicos extrativistas do café, cana-de açúcar e mais recentemente na expansão da agropecuária monocultora, a exemplo da eucaliptocultura e pinocultura nos estados do Espírito Santo, Bahia e região sul do país. A partir dos anos 1950, o avanço do modelo urbano-industrial nos estados litorâneos do Brasil, também, contribuiu para devastar e eliminar grande parte da biodiversa floresta tropical da Mata Atlântica original que se estendia do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, ocupada por povos originários / indígenas e demais grupos tradicionais (caiçaras, pescadores, quilombolas, dentre outros). Com a redução drástica da presença destes grupos no litoral, múltiplos sistemas de taxonomia etnobotânica desapareceram, embora, alguns subsistam, ainda, na memória e no cotidiano de grupos que ainda reexistem às diferentes formas de pressão sobre seus territórios, dentre os quais: o extrativista, o minerador, o madeireiro e especialmente o imobiliário nas últimas décadas. Dentre tantas consequências danosas à perda do importante legado à humanidade que constitui os complexos sistemas taxonômicos tradicionais, situa-se a perda concomitante de conhecimentos sobre modos de vida que podem ajudar no enfrentamento do novo cenário de emergência climática global que se avizinha, corroborando com o que Victoria Reyes, pesquisadora da Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos da América nos alerta. Citada por Limón (2021), a pesquisadora chama atenção para o fato de que a perda de diversidade biocultural destrói os muitos jeitos de viver no planeta que a espécie humana aprendeu. Independentemente do conhecimento médico, a perda da diversidade biocultural reduz a capacidade de adaptação da espécie humana e, concretamente, a capacidade de encontrar soluções para os problemas ambientais que enfrentamos. O resultado deste processo histórico de contínuo ‘sacrifício ambiental’ do bioma Mata Atlântica e de outros relevantes ecossistemas brasileiros pelo modelo de desenvolvimento econômico dominante e hegemônico, tem provocado a diminuição e/ou mesmo a eliminação definitiva (extinção) de importantes hotspot de biodiversidade (hotspot ecológico) que é uma região biogeográfica ou reserva de biodiversidade, que pode estar ameaçada ou vulnerável à destruição ambiental. Ao se pensar em alternativas de políticas públicas para o período *pós-royalties*: destaca-se o papel central que a cooperação entre a municipalidade e a academia brasileira, com destaque para o papel a ser exercido pelas universidades públicas federais e estadual neste cenário. Isso torna, por ex., bastante importante registrar os conhecimentos existentes por parte da população local e as comunidades tradicionais, sobre as plantas medicinais e as frutíferas do bioma atlântico ainda presentes nestes ecossistemas, como uma relevante contribuição para o desenvolvimento de estratégias voltadas a sua conservação e proteção por parte dos poderes públicos, sociedade e terceiro setor. Destaca-se também as recentes iniciativas de parcerias institucionais formadas pela municipalidade com instituições acadêmicas, como vem ocorrendo por meio dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&Is) denominados “Centro Tecnológico Inova Agroecologia Maricá,” vinculado à Companhia de Desenvolvimento de Maricá (CODEMAR) e o “Farmacopeia Mariká”; coordenado por uma equipe multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em cooperação com a empresa pública de biotecnologia do município de Maricá, Biotec Maricá. Nesta perspectiva, ambas as iniciativas de Inovação e Gestão

Social protagonizadas pela UFRRJ com apoio institucional da prefeitura local, visam gerar encadeamentos e sinergias para, desta forma, vir a apoiar o citado processo de transição econômica num município que até recentemente se constituía em mais uma “cidade dormitório” da metrópole, o que pretende-se de dê através do incentivo à inovação e a pesquisa tecnológica voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável e a inclusão social como estratégias de geração de oportunidades de trabalho, distribuição de renda e combate às desigualdades socioeconômicas, ambientais e espaciais.

III – A Associação ao nome Maraey: Terra Sem Males; ao Resort Maraey

Para os guaranis, MARAEY, significa o paraíso na Terra; A Terra Sem Males. "Um lugar bom pra se viver em abundância". Segundo IDB BRASIL, O Resort Maraey é um lugar de vida tranquila de abundância e de riqueza. Assim eles definem:

“Diz a lenda que os indígenas guaranis acreditavam que ao Leste, onde nasce o Sol sobre o Oceano Atlântico, encontrariam o “Yvy Mara Ey”, “A Terra Sem Mal”, um lugar onde os recursos naturais nunca se esgotam e onde se desfruta o bem-estar do corpo e da mente e a Plena Felicidade. Nossa missão é transformar a lenda em realidade e converter MARAE, em empreendimento de renome mundial pela sua consciência ambiental, inovação e sustentabilidade econômica, cultural e social”.

Sobre o mito Maraey da Terra Sem Males Guarani dos guaranis, diz Helena Clastes: “A Terra Sem Mal, é antes de tudo um lugar de abundância: o milho cresce sozinho e as flechas vão também sozinhas à caça. Uma Terra livre, sem proscições. É a contraordem, a plenitude da liberdade. O trabalho e as leis são portanto, o Mal criado pela sociedade. O objetivo do Resort é para criação de uma rede de Hotelaria na América Latina e Inovação e Desenvolvimento de Novas Tecnologias”. Pois segundo mencionam: “Trata-se de Mega empreendimento que envolvem um investimento de R\$ 11 bilhões.” O projeto segundo os autores: “Vai gerar R\$ 7,32 bilhões de impostos aos cofres públicos ao longo de seus 14 anos de construção e mais de R\$ 1 bilhão por ano já em funcionamento”. A previsão otimista dos estudos: “É que haverá um aquecimento na economia do Estado do Rio, com a geração de até 52 mil empregos diretos durante a obra e 36 mil diretos e indiretos por ano no funcionamento.” Descrição do projeto

[...] “MARAEY, o verdadeiro paraíso na Terra! A 45km do Rio de Janeiro, com uma extensão de 844 hectares, 12 km de costa lagunar e 8,5 km de litoral, MARAEY se tornará uma referência mundial única em desenvolvimento residencial e turístico sustentável. MARAEY é um empreendimento imobiliário de usos mistos (mixed-use) com um amplo leque de moradias vanguardistas de diferentes tipologias, rodeadas de zonas verdes e de serviços, colocando a inovação como objetivo prioritário para se tornar uma referência mundial em sustentabilidade, eficiência energética, transformação e aproveitamento de novas tecnologias, incorporando princípios de ‘cidade inteligente’ (smart city) na base do design. MARAEY também abrigará quatro hotéis com posicionamentos diferentes (corporativo, eco boutique, musical e golfe) totalmente complementares, e outras edificações inovadoras tanto do ponto de vista da oferta quanto da arquitetura, entre as quais: um centro empresarial com escritórios inteligentes; uma escola bilíngue disposta a ensinar também valores de cidadania; uma universidade de gastronomia e hotelaria (Hotel Management & Haute Cuisine) com programas de formação internacional que favoreçam a geração de oportunidades; um hospital na vanguarda da tecnologia; um campo de golfe *profissional* sustentável; um centro de hipismo internacional; um centro esportivo de alta performance em homenagem à Maria Esther Bueno, a melhor tenista das Américas de todos os tempos; um aquário assinado pelo vencedor do prêmio Pritzker de arquitetura, Oscar Niemeyer; um centro de pesquisas que transmitirá a importância da preservação do meio ambiente e trabalhará para difundir sistemas construtivos em madeira laminada cruzada (CLT); uma aldeia

Tupi Guarani e a integração da comunidade pesqueira de Zacarias, que endossam seu compromisso social”.

Sobre a associação ao nome Maraey, a cosmologia guarani, que representa o paraíso na Terra, Sem Males. Um lugar bom pra se viver em abundância, segundo fonte IDB BRASIL, Resort Maraey: “Diz a lenda que os indígenas guaranis acreditavam que ao Leste, onde nasce o Sol sobre o Oceano Atlântico, encontrariam o “Yvy Mara Ey”, “A Terra Sem Mal”, um lugar onde os recursos naturais nunca se esgotam e onde se desfruta o bem-estar do corpo e da mente; a Plena Felicidade. Nossa missão é transformar a lenda em realidade e converter MARAEY num empreendimento de renome mundial pela sua consciência ambiental, inovação e sustentabilidade econômica, cultural e social”. De fato, já não resta dúvidas de que estamos diante de uma “Ficção Maraey” que tem entre seus objetivos declarados a arrogância colonial-eurocêntrica de querer supostamente “transformar a lenda em realidade”, o que por si só faz reiterar publicamente que a empresa estrangeira está deliberadamente cometendo um grave ato de Crime Cultural ao se apropriar indevidamente com fins especulativos e meramente financeira do termo “Maraey” que tem o significado da busca pela “Terra Sem Males” que é parte da cosmologia e da cultural ancestral Guarani e que há séculos influencia os movimentos migratórios destes povos. Diante desta propaganda enganosa, agora quem indenizará as perdas financeiras, lucros cessantes e danos morais provocados diretamente aos consumidores que foram ludibriados, enganados por esta intensa propaganda enganosa!? Uma vez que o empreendimento está com as obras paralisadas por imbróglia jurídica que gerou uma Liminar do STJ que anulou (cancelou) o polêmico processo de licenciamento ambiental do resort do IDB Brasil? De antemão, destaca-se que o principal obstáculo (impedimento) identificado ao “Direito de plantar” a partir de relatos feitos por lideranças e pela comunidade da Aldeia Mata Verde Bonita, resulta das contradições do poder público em diferentes instâncias devido à sua explícita associação, travestida de parceria institucional, com os interesses econômico-financeiros da empresa espanhola IDB Brasil que, por mais de uma década, tem se utilizado métodos autoritários e típicos de práticas de racismo corporativo que visam promover a desterritorialização desta população tradicional, assim a ameaça de despejo forçado (remoção) por parte deste mega empreendimento imobiliário (resort) equivocadamente e ilegalmente projetado, com a conivência do poder público em diferentes níveis de governo, paira também sobre a centenária comunidade pesqueira de Zacarias. Este polêmico processo de licenciamento ambiental que tramita junto ao Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA), órgão da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), e de licenciamento urbanístico a cargo da prefeitura local, caso seja concluído tem fortes características de **Ecocídio** já que as obras e construções previstas no mega empreendimento imobiliário, em conjunto, provocariam a destruição ambiental de grande extensão da biodiversa, Área de Proteção Ambiental (APA) de Maricá, que a partir da mobilização de ecologistas e pesquisadores, à época ganhou status de proteção legal, tendo sido declarada pelo governo do estado como Área de Interesse Especial do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 1.130, de 12 de fevereiro de 1987, e pelo Decreto nº 9.760, de 11 de março de 1987. Esta Unidade de Conservação Ambiental, tipificada como APA pela Lei Federal no. 9985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação é constituída por ecossistema raro com a presença de relevante biodiversidade e em bom estágio de conservação ambiental sobre qual existe diversos estudos científicos de universidades brasileiras e estrangeiras. Infelizmente, apesar de dispor de proteção legal desde os anos 1980, a APA de Maricá tem sofrido quase diariamente com incêndios florestais (alguns com fortes características de incêndios criminosos para impedir a restauração da vegetação de restinga e com isso favorecer ou possibilitar uma futura expansão imobiliária no local!),

despejo irregular de lixo em diversos pontos da orla e da restinga, ausência ou precariedade de fiscalização ambiental e o avanço de construções irregulares (invasões, grilagem de terras). Na perspectiva do movimento de Justiça Ambiental e dos povos indígenas, o predatório mega resort de alto luxo projetado pela empresa espanhola IDB Brasil, representa um simbólico ato de continuidade do perverso colonialismo europeu que, em pleno século XXI, pretende promover, mais uma vez, na terra de Pindorama (Brasil) um novo ciclo de expropriação territorial (desterritorialização) de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) cuja ameaça paira, por mais de uma longa década, sobre os pescadores artesanais de Zacarias e a própria aldeia Guarani de Mata Verde Bonita. Como expressão máxima da existência de uma prática colonial de **Racismo Ambiental Institucional e Corporativo**. Destaca-se que o pernicioso e impactante projeto da IDB Brasil prevê a construção/implantação/operação de uma grande Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) de grande porte - para atender a demanda gerada pela produção de esgotos sanitários gerados pelos proprietários, visitantes e turistas deste empreendimento imobiliário-, exatamente em cima da área onde, já há alguns anos, está instalado o “campinho de futebol” da comunidade, local de uso coletivo para o lazer das crianças, jovens e mulheres, onde os Guaranis se divertem, riem alegremente e também fazem treinamentos para se preparar para as disputas de campeonatos, como a Liga Guarani de Futebol e os Jogos Indígenas. Este aspecto típico de uma visão econômica racista e ecologicamente predatória, demonstra que estamos diante, mais uma vez, de uma tentativa do “colonizador europeu” de provocar um **Etnocídio** contra populações tradicionais cujos direitos de cidadania, assim como seu direito à terra e ao território, são amplamente assegurados e protegidos pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Convenção Sobre Povos Indígenas e Tribais no. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em Genebra em 27 de junho de 1989, e do qual o Brasil é signatário, tendo sido internalizada na legislação por meio do Decreto Legislativo nº 143, de 20.06.2002, e promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19.04.2004. Estamos também diante de um **Crime Cultural** contra a cultura dos povos originários, seja através da tentativa de invasão e apropriação da terra indígena, o que por si só pode ser visto como a genuína representação contemporânea da perversidade do antigo Colonizador europeu com seus atos expansionistas (sobre os territórios) e gananciosos (extermínio das populações, desmatamento e rapinagem das riquezas minerais existentes na terra invadida) para maximização ilimitada de seus lucros: como uma repetição do passado, na atualidade, o projeto de especulação imobiliária comandado pelo IDB Brasil traz no seu DNA especulativo e predatório a ameaça de destruição definitiva dos bens da natureza existentes naquele território (APA da restinga de Maricá) e que no passado, e no presente, tem abrigado populações tradicionais como pescadores e indígenas. No “Manifesto do Povo Guarani Mbyá da Aldeia Tekoa Ka’aguy Hovy Porã (Aldeia Mata Verde Bonita/RJ)” assinado pelo ex-Cacique Tupã Darci Nunes de Oliveira, presidente do Instituto Nhandéreko e liderança da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), datado de 08 de agosto de 2022, ao denunciar “uma série de invasões ilegais na nossa área indígena protegida Ka’aguy Hovy Porã, pelo mega empreendimento imobiliário “MARAHEY” de propriedade de empresários espanhóis denominado “IDB Brasil” desde o dia 9 de julho de 2022”, descreve que:

[...] “No entanto, hoje, em pleno século XXI, ainda não temos sequer garantido nosso **“Direito de plantar”** nas terras onde estamos instalados há 11 anos, o que tem gerado uma preocupante situação de insegurança alimentar e graves problemas de saúde mental que tem afetado principalmente os mais idosos e as crianças que vivem diariamente uma situação de insegura se poderão permanecer ou não nesta terra ou se serão expulsos violentamente a qualquer momento pelo IDB BRASIL.” [...] “Agora ocorreu mais esta brutal violência contra os nossos direitos com a empresa espanhola IDB Brasil invadindo nossa área do cemitério indígena sagrado em total desrespeito à nossa cultura ancestral e à memória dos nossos familiares que ali descansam”. [...] “A primeira invasão ilegal foi denunciada em 09/07/2022 pelos advogados da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) a pedido da comunidade guarani Mbyá, sobre a realização de uma obra que até o momento não sabemos de foi autorizada pelo Prefeito de Maricá, Fabiano Horta, embora a justiça estadual já suspendeu 4 embargos

judiciais que visavam a retomada das obras muito impactantes deste megaprojeto imobiliário espanhol que ameaça destruir a integridade física do patrimônio ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) estadual de Maricá e provocar o despejo forçado arbitrário (remoção) e o deslocamento humano da aldeia indígena Guarani Mbyá de Mata Verde Bonita para outro local.”

Quanto aos aspectos relativos à conservação ambiental do território e a preservação e salvaguarda da biodiversidade, destaca-se que a área da APA Estadual de Maricá há aproximadamente 11 anos abriga a Aldeia Guarani Mata Verde Bonita, mas há relatos históricos e relatos orais da presença indígena como a etnia Tupinambá (Tamoios) da presença indígena há séculos nesta região que abrigava uma exuberante floresta tropical com vegetação de restinga, serras, lagoas e rios de grande piscosidade. Em 10 de abril de 2023, o Movimento Pró-Restinga denunciou “a empresa IDB deu início a destruição do ecossistema nativo da restinga de Maricá. Este é componente do Bioma Mata Atlântica, logo Reserva da Biosfera da Mata Atlântica pela UNESCO. A intenção é a implantação de um mega empreendimento na restinga da Área de Proteção Ambiental de Maricá, a primeira APA Estadual do RJ. A localidade abriga o território do povoado pesqueiro de Zacarias, registrado ali em 1797, pelo Mosteiro de São Bento, ecossistemas nativos da Mata Atlântica com alta biodiversidade e alto grau de preservação, com destaque para o ecossistema de restinga, os locais de pesquisas acadêmicas mais antigos e de maior quantidade em restinga no Brasil, espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção e 18 únicas no mundo, sítios arqueológico e históricos e locais de pouso de aves migratórias nacionais e internacionais.”, diz o comunicado do Pró-Restinga. Porém, caso o resort do IDB Brasil seja implantado, todo este patrimônio ambiental e histórico cultural estará ameaçado de destruição definitiva, por desmatamento e o aterramento de inúmeras espécies da fauna e flora, o que provocará a eliminação definitiva deste sítio de relevante valor ecológico e histórico-cultural. Segundo relato de indígenas, em escavações feitas pelo próprio resort espanhol (IDB Brasil) identificaram na área onde está situada a nossa Aldeia Tekoa Ka’aguy Hovy Porã (Aldeia Mata Verde Bonita) a presença de vestígios e artefatos de cerâmica que comprovam a histórica e ancestral ocupação dos povos indígena neste território! Em meados do ano passado, ocorreu a invasão do cemitério indígena local, considerado um território sagrado, por operários do empreendimento IDB Brasil, o que levou à uma revolta da comunidade e denúncias feitas por movimentos sociais e conselheiros do CEDIND-RJ junto às defensorias públicas do estado (DPE-RJ) e à DPU e ao Ministério Público. A Defensoria Pública de Maricá obteve decisão judicial que considerou ilegal a realização das obras ameaçando o território indígena. Durante o Abril Vermelho (2023), a Aldeia Mata Verde Bonita se insurgiu contra a destruição ambiental da biodiversa restinga da APA Estadual de Maricá que está sendo destruída, neste momento, de forma ilegal por tratores e máquinas do mega empreendimento imobiliário (resort) de propriedade do Colonizador espanhol proprietário da empresa IDB Brasil. Contraditoriamente, para promover o ilegal ‘sacrifício ambiental’ da APA de Maricá e pretender promover a remoção (despejo formado) de populações tradicionais – como a centenária Comunidade Pesqueira de Zacarias e a Aldeia Guarani Mbyá de Mata Verde Bonita, contam, infelizmente, com o aval institucional e apoio político da prefeitura local e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA-RJ). A partir da mobilização da opinião pública e de diversos órgãos governamentais (Ministério Público, Defensoria Pública, CEDIND-RJ, ALERJ) contra mais esta grave agressão ao patrimônio ambiental, em recente decisão judicial do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), de 22 de março de 2022, manteve-se a anulação das licenças ambiental e urbanística do projeto, suspendendo as obras do mega resort do IDB Brasil, que ameaçava destruir a biodiversidade da APA de Maricá. No caso da Aldeia de Itaipuaçu (Céu Azul), os mesmos problemas de adoecimento e de saúde mental tem sido relatado também em função da insegurança quanto à sua instalação num local adequado. O fato desta aldeia estar situada numa

unidade de conservação ambiental, no caso o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PEST), gerido pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA), órgão da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), de acordo com a legislação que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, impede o assentamento desta comunidade no espaço que ocupam provisoriamente há uma década. A solução apontada pela municipalidade tem sido a sua transferência para a área da Fazenda Pública Joaquin Piñero, administrada pela Secretário de Agricultura de Maricá, o que apesar de prometido ao menos desde 2021, até o momento, também não ocorreu.

Considerações Finais

Conclui-se, preliminarmente, que a disputa territorial, ou seja, a ausência de demarcação das Terras Indígenas, direito de cidadania ainda hoje não conquistado por várias aldeias do estado do Rio de Janeiro, tem sido um fator decisivo para a não consolidação de diversas políticas públicas, tais como as demandas: saneamento básico, segurança alimentar, entre outras que são asseguradas na CF/88; o que tem contribuído diretamente nas condições de saúde e bem-estar destas populações tradicionais, desta forma afetando o “modo de ser e de viver” Guarani.” A falta de demarcação de Terras Indígenas do Rio de Janeiro, está para além do estado. Estudo antropológico dos Nhandéva em Rio Pequeno/RJ, apontam que a especulação imobiliária e resistência da prefeitura de Paraty, são os principais obstáculos na consolidação de políticas públicas. “Os processos de demarcação que ocorreram a partir de 1980 encapsularam os Guarani em terras fragmentadas, na forma de pequenas ilhas dispersas em seu amplo território, comprimindo os espaços vitais necessários para a sua reprodução física e cultural”. Em estudo de Antônio Fernandes Tônico Costa, relativos aos Nhandéva, o mesmo vai dizer que os guaranis: “buscam estabelecer suas moradias próximas dos cursos de água, em locais com terras irrigadas para cultivos e adequados para a pesca de água doce, que é praticada nas áreas de remanso, havendo áreas de reserva de caça e pesca ao longo do curso do rio, com trechos mais próximos à área das casas “. E as áreas de ocorrência de recursos naturais em maior abundância e diversidade são reconhecidas como "ilhas" e representam reservas naturais manejadas para evitar o seu esgotamento. “A coleta é realizada com alternância nas diferentes áreas disponíveis, permitindo a regeneração da vegetação nos locais utilizados, não havendo corte raso da cobertura florestal”. Com relação as propostas de Mata Verde Bonita, apontadas na Conferência pela comissão Yvyrupa por Darcy Tupã, em breve retrospecto dos conflitos com o Resort Maraey: Estamos tratando de Cemitério indígena cuja a presença guarani consta a mais de três mil anos. E que o convite para permanência ali foi feito pelo Ex prefeito de Maricá, Quaqua, e que a Ex Secretaria de Direitos Humanos Zaidam, inclusive solicitou estudos a FUNAI, para a materialização da Aldeia Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã. “Passados 11 anos em São José do Imbassaí, em articulação com a administração municipal, ainda falta o Documento comprobatório e definitivo da Titularidade da Terra”. Neste sentido a Comissão Yvyrupa, apontou as seguintes demandas: 1- Titulação da Terra Aldeia Mata Verde Bonita; 2 -Regularidade da Agua, pois agua recebida em carro pipa, é pouca para todas as famílias; 3- Construção de Escola descente e Contratação de professores para o ensino guarani e português; 4-Saneamento básico na aldeia, pois o que existe são foças; 5- Mudar para os plantios de sementes de frutas; 6 - Criação de um Aquífero para peixes; 7- Reflorestamento; 8- Contratação de Médicos e Enfermeiros para o posto de Saúde Comunitário; 9 -Segurança ao Entorno da Aldeia; 10-Proteção da APA, Restinga de Maricá; 11- Mudança da Aldeia Céu Azul, para fazenda com infraestrutura adequada; 12 - Ecoturismo em visitas guiadas para venda do artesanato;13- Coleta de plantas

medicinais da APA, para preservação e utilidade; 14 - Cogestão de vendas futuras de produção local de alimentos, com apoio do poder público; e por último: 15-Judicialização de Demandas. Concluindo, deixamos para reflexão algumas demandas concretas discutidas em Mata Verde: É possível criar condições satisfatória para empregabilidade e geração de renda para Aldeia? É possível em parceria com a prefeitura de Maricá: a articulação de festivais de músicas, olimpíadas e o fortalecimento ao turismo na Aldeia? Com relação a Segurança Alimentar, finalizando nas palavras de Darcy Tupã: “O sonho de meu pai ‘Pedro Oliveira’, já está acontecendo hoje, pois hoje plantamos frutas, legumes, ervas medicinais que já usufruímos: as crianças estudam na creche e na escola comunitária com apoio da prefeitura... O seu sonho embora distante da Titulação de Terra... vai virar realidade”, com o Novo Ministério dos Povos Indígenas/FUNAI E SESAI, finalizou.

Referências Bibliográficas

ACSERALD, H. et al. “O que é justiça ambiental”. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 156p. Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. Produzido pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Com sua 18ª edição lançada em maio de 2023. Disponível em:

A educação indígena no caminho da onça e etnocídio de estado: <https://www.aula.org.br/Editorias2023/Artigos-Cientificos/A-Educacao-Indigena-no-Caminho-da-Onca-V2023.pdf>

BULLARD, Robert D. (1990) *Dumping in Dixie: race, class and environmental quality*. Boulder, Westview Press.

CEDIND-RJ, Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND/RJ), órgão colegiado vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSOH) criado pelo Decreto Estadual no. 46.218/2018. Ofício no. 0021 de 04 de janeiro de 2022 endereçado à presidência da FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro), órgão técnico da Secretaria de Estado de Abastecimento, Pecuária, Agricultura e Pesca (SEAPPA).

CUNHA, B.; GUIMARÃES, B. N.; SOBRAL, A.; SANTOS, R. V. População indígena o caso do Estado do Rio de Janeiro nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, v. 16, p. 69-95, 2019.

DOBLAS, Juan e OVIEDO, Antônio. Artigo: “Efetividade dos territórios tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil”. Análise feita a partir de dados sobre as trajetórias de mudança de uso da terra entre 1985 e 2018 utilizando a metodologia do MapBiomas.

IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010, primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2012.

Indígenas: a roça bonita contra o monólito ruralista <https://outraspalavras.net/outrasmidias/indigenas-a-roca-bonita-contra-o-monolito->

[ruralista/?fbclid=IwAR2a4ASP7sHKHX6NsT0EBuPFDGhX8m7yHxfLwlh7ZGndXWg1RB8S777tYi0](https://news.un.org/pt/search/ipcc)

IPCC, ONU. Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. Sexto Relatório de Avaliação denominado “Relatório de Síntese AR6: Mudanças Climáticas 2022”. Publicado em agosto de 2021. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/search/ipcc>>.

IPPUR-UFRJ/FASE (2006). Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, CD ROM.

JESUS, Reinaldo Cunha de. “A Ficção Maraey na Terra Sem Males” (AULA, Agosto de 2023) em formato PDF. Trabalho final para a Disciplina – MNA 858, do Programa de pós-graduação: Sociologia da Arte Imagem e Alteridade entre arte e etnografia (PPGCOM-ECO-UFRJ).

JESUS, Reinaldo Cunha de. Título: “MARICÁ/Maraká – A Terra Está de Volta” (2023). Tema da Dissertação de Mestrado em Antropologia Social do PPGAS/MN/UFRJ.

LITAIFF, Aldo. As divinas palavras: identidade étnica dos guarani – Mbyá. Florianópolis: Ed da UFSC, 1996.

MELLO, Marco Antônio da Silva. “Gente das Areias: História, Meio Ambiente E Sociedade No Litoral Brasileiro. Maricá, RJ, 1975 a 1995”. Publicado pelo Departamento de Antropologia da UFF (GAPICHF-UFF) e o Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ).

Maricá dá exemplo de educação inclusiva em aldeias indígenas: <https://portalantigo.marica.rj.gov.br/2018/03/14/marica-da-exemplo-de-educacao-inclusiva-em-aldeias-indigenas/>

PELLON, Luiz Henrique Chad. Tensões interculturais e os impactos no processo saúde-doença na população Guarani Mbyá do município de Aracruz, Espírito Santo. Tese de Mestrado em Enfermagem (2006 – 2008). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-24300.PDF>>.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean-Pierre. Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

Rede GRUMIN de Mulheres Indígenas. Fundada filosoficamente em 1979, ganhou corpo jurídico entre 18982 e 1987. Disponível em: <<http://www.grumin.org.br/historico.htm>>.

SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Coletânea “Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil - Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças” (SBPC, 2021).

UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e BIOTEC MARICÁ. Projeto FARMACOPEIA MARIKÁ. Concepção da pesquisa com hortos e viveiros em Maricá e regiões de influência (Agosto, 2023).